

RELATÓRIO REFERENTE EXTRUSÃO DE GARIMPEIROS DA TERRA
INDÍGENA BAU EM CUMPRIMENTO AO CONVÊNIO 001/2010
ENVOLVENDO A FUNAI E INSTITUTO KABU PARA A CONTINUIDADE DA
EXECUÇÃO DO PBA – PROGRAMA BÁSICO AMBIENTAL DA BR – 163

OPERAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO CONJUNTA – FUNAI E INSTITUTO KABU

JANEIRO/2011

Equipe de Fiscalização:

Doto Takak – ire (CTL Novo Progresso)

Imá kayapó (CTL Novo Progresso)

Anderson Papini (Engenheiro Agrônomo – Instituto Kabu)

Kangrati Kayapó (Diretor Financeiro – Instituto Kabu)

Bep –í Kayapó (Chefe do Pólo Base de Saúde Indígena/FUNASA)

Nhakete Kayapó (Liderença Indígena da aldeia Kubenkokre)

Guerreiros da aldeia Bau, Pykany e Kubenkokre

Coordenação operacional e redação:

Luis Carlos S. Sampaio (FUNAI CTL Novo Progresso)

Parceiros locais do Instituto Kabu:

FUNAI CTL Novo Progresso – PA

Pólo Base de Saúde Indígena/FUNASA

Sumário

Introdução.....	04/05
O apoio para retirada dos garimpeiros.....	06
Metodologia operacional.....	06/07/08/09
Monitoramento aéreo necessário na TI Bau.....	10
Conclusão.....	11

Introdução

O presente relatório visa descrever toda operação envolvendo a retirada de garimpeiros da Terra Indígena Bau em decorrência da paralisação do PBA – Programa Básico Ambiental da rodovia BR 163, componente indígena, executado pelo Instituto Kabu. O Motivo da paralisação das atividades do PBA, do recurso financeiro das aldeias Bau, Kubenkokre e Pykany foi o OFICIO nº 780/2010/DPDS/FUNAI/MJ, de 21 de outubro de 2010, que manifestou descontentamento em detrimento de cláusulas previamente acertadas com as comunidades desde a elaboração do PBA em 2006, quando naquela época todas concordaram que em suas terras não aconteceriam atividades ilegais seja elas madeireiras ou garimpeiras, as mais comuns na região, durante a execução do programa de compensação ambiental da rodovia.

Também, em detrimento da Cláusula sexta do Termo de Cooperação DNIT/FUNAI: § 1º *A FUNAI deverá realizar vistorias de fiscalização nas áreas periodicamente. Caso sejam comprovadas atividades ilegais com anuência dos povos indígenas, as ações previstas no presente TERMO deverão ser suspensas para todas as comunidades até a resolução da questão.*

Como se pode observar, faz aproximadamente 90 dias que o PBA das aldeias Menkrãgnõtire está paralisado. Isto faz algum sentido, pois também faz mais de duas décadas que a Terra Indígena Bau vem sendo afetada pelo garimpo e somente agora com o surgimento de novas oportunidades para a comunidade que mesmo estando com um pé no garimpo e o outro em atividades que podem trazer benefícios positivos para a comunidade, fez com que a comunidade Kayapó de Bau tenha demorado tanto para tomar uma atitude séria, inclusive perante as outras comunidades Kayapó que estavam sendo prejudicadas no PBA, atrasando seus planejamentos, em função desta ilicitude que somente o Bau estava praticando.

O apoio da FUNAI e do Instituto Kabu foi fundamental para que muitas viagens fossem realizadas na aldeia Bau, várias reuniões foram realizadas em função do garimpo, inicialmente algumas sem sucesso, mais aos poucos com a participação das lideranças das aldeias Kubenkokre e Pykany, que também se articulavam constantemente pelo rádio, conversavam com os mais velhos, com as lideranças, com as mulheres, que paulatinamente foram chegando ao consenso de acabar com a atividade garimpeira que sempre teve a participação dos não índios e que tanto atormenta o trabalho institucional. O fato de a aldeia Bau ser próxima do município de Novo Progresso e como se trata de uma região onde muitos não respeitam a Lei, já representa um grande risco, vez que em anos anteriores funcionários do Instituto Kabu foram ameaçados de morte por garimpeiros.

Por isso que sempre em diálogos entre técnicos, consultores e profissionais liberais que sempre se preocuparam com a questão da atividade ilegal na Terra Indígena Bau, as conclusões são sempre as mesmas: somente os Kayapó poderão colocar um fim nessa situação que já causou enormes impactos ambientais, colocando em risco suas próprias sobrevivências em detrimento da poluição das águas e como o mercúrio, elemento muito utilizado na apuração do ouro, é bioacumulativo, não é de duvidar que muitos indígenas estão contaminados por esse metal pesado em função da alimentação de peixes e quelônios que habitam os rios Curuá e Bau.

Por outro lado, são vários os questionamentos do porque dessa perpetuação do garimpo na Terra Indígena Bau. Não se podem deixar lacunas quando vem na nossa lembrança a completa falta de atuação do estado brasileiro nas áreas Kayapó. Muitos relatórios foram enviados para FUNAI, IBAMA e Polícia Federal, e durante décadas algumas operações foram realizadas com poucos efeitos ou quase nada. Somente agora acabamos de observar pela televisão, jornais e internet uma operação conjunta do governo para extrusão de garimpeiros e madeireiros na área de Gorotire, entretanto, depois que grande parte da área deste grupo estar absolutamente devastada.

A questão de Bau, assim que a FUNAI fora reestruturada, o CGMT foi informado sobre todos os acontecimentos daquela área, principalmente sobre a atividade garimpeira, no entanto ainda não houve nenhuma ação tão significativa como a de Gorotire, porém o CGMT apoiou em 2010 as duas etapas finais do curso de Agentes Ambientais Indígenas Voluntários junto com o IBAMA, bem como esta última operação de retirada dos garimpeiros que vem sendo executada pelos próprios indígenas.

Por sua vez, o IBAMA local que tem deflagrado grandes operações de combate ao desmatamento ilegal na região de Novo Progresso, sempre que possível apóia a CTL e o Instituto Kabu, inclusive já sobrevoou de helicóptero alguns pontos de garimpo, que permitiu montar relatórios que foram encaminhados presencialmente pelo Instituto Kabu para a DIPRO/IBAMA Brasília, solicitando apoio para cessar de vez a atividade garimpeira. Trata-se de uma sucessão de providências, denúncias, mais como se trata de riscos para os que defendem localmente a causa Kayapó, a situação ao mesmo tempo é sensível, daí a presença do estado ser imprescindível.

O que ficou planejado com a comunidade do Bau e contou fortemente com o apoio da ampla maioria é a persistência da meta da não continuidade com o garimpo. Ao final das últimas reuniões todos foram unânimes e estão compreendendo que a fase é de transição e não se pode mais fazer o jogo do faz de conta: ou adere a esta meta ou fica fora do PBA e demais programas.

O apoio para retirada dos garimpeiros

Vale ressaltar que a FUNAI foi extremamente bondosa com a comunidade Kayapó de Bau, pois quando esta comunidade decidiu permitir a garimpagem de ouro em suas terras, a FUNAI jamais fora comunicada e agora para um plano de retirada desses ilícitos a comunidade precisou contar com o apoio financeiro e logístico do órgão. Para algum especialista isso se caracterizou como absurdo, pois quem colocou os garimpeiros é quem deveria retirá-los sem almejar apoio de ninguém.

Igualmente, o Instituto Kabu, através de seus parceiros internacionais como o ICFC (Fundo Internacional de Conservação do Canadá), Fundação Moore e Conservação Internacional, apoiaram essa operação custeando fretamento aéreo para sobrevôos em áreas de garimpagem de terra firme e apoio de alimentação. Considera-se que todos deram uma enorme chance a essa comunidade, mais se deve demandar uma enorme cobrança sobre a mesma.

Metodologia operacional

Esse trabalho foi dividido em três etapas: dois (2) grupos se deslocaram pelo rio Curuá a partir da aldeia Bau. O terceiro grupo realizou o sobrevôo sobre os garimpos de terra firme. O primeiro grupo liderado por Imar Kayapó funcionário da CTL Novo Progresso subiu o rio Curuá até a divisa com a Terra Indígena Mekrangnotire no rio Pitxaxá (Curuaés) e nada fora encontrado a não ser vestígio de acampamento antigo de garimpeiros na beira do rio Curuá.

O Grupo que desceu o rio Curuá e fez a mais longa incursão até a divisa norte da Terra Indígena com a FLONA Altamira, num local denominado pelos não índios de Pimental, mais que para os Kayapó é um lugar tradicional onde existiu um antigo aldeamento denominado Nekanõro, o grupo achou 2 balsas de garimpo, uma em cada margem do rio Curuá, dos proprietários de nome Bahia e Medeiros.

Este grupo liderado por Doto Takak-ire, funcionário da CTL de Novo Progresso realizou reuniões com esses proprietários das balsas, informaram que o motivo da visita não era para brigar com eles mais sim para orientá-los sobre a atividade ilegal que praticavam e estipularam prazos para saírem da área uma vez que estavam sendo prejudicado por programas do governo em função da atividade ilegal nas Terras Indígenas e que isso não poderia mais haver continuidade.

Prontamente tanto o garimpeiro Bahia como Medeiros que estavam com suas famílias residindo nas balsas e barrancos do rio Curuá, decidiram se retirar de imediato da Terra Indígena, isto porque os mesmos receberam ultimato que

suas saídas seriam conferidas dentro de poucos dias, caso não se retirassem da área que iriam perder tudo, principalmente suas balsas.



Fotos 1;2;3 – (1) preparação para deslocamento das equipes pelo rio Curuá; (2) localização do garimpo do Medeiros; (3) reunião com a família do Medeiros solicitando suas retiradas da Terra Indígena Bau.

Uma observação no comportamento dos Kayapó e de muita relevância foi que nessa expedição mesmo com a participação de alguns guerreiros e lideranças, nada fora subtraído dos garimpeiros, ou seja, nenhuma arma, ouro, motores, facões, embarcações ou qualquer objeto que este grupo utiliza e sempre costumam tomar das pessoas numa operação como esta. Isto significa que com o advento do PBA, com o cumprimento das Leis e com os conhecimentos adquiridos durante este programa de mitigação de impactos ambientais, existem outras maneiras de adquirirem tais objetos sem necessidade de utilização da força, inclusive pelo próprio PBA.



Fotos 4;5;6 – (4) Localização da balsa do senhor Bahia; (5) Acampamento do senhor Bahia; (6) Reunião com o mesmo no centro da foto, solicitando sua retirada da TU Bau.

Toda operação pelo rio Curuá foi fotografada, bem como registrada as coordenadas no GPS, trabalho realizado pelo Engenheiro Agrônomo do Instituto Kabu, Anderson Papini que se preocupou em acompanhar todo trajeto utilizando o sistema Trak Macker de navegação onde fora elaborado um mapa por onde a expedição que desceu o rio Curuá passou, devida a longa distância percorrida.

Garimpo 1: Medeiros S: 06⁰ 48' 11.5" W: 054⁰ 57' 53.0"

Garimpo 2: Bahia S: 06⁰ 48' 06.5" W: 054⁰ 57' 36.3"

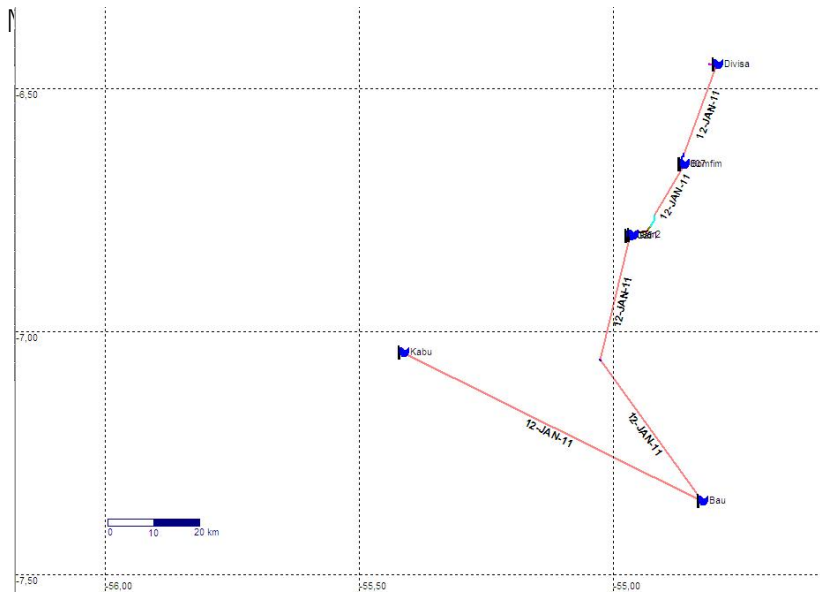
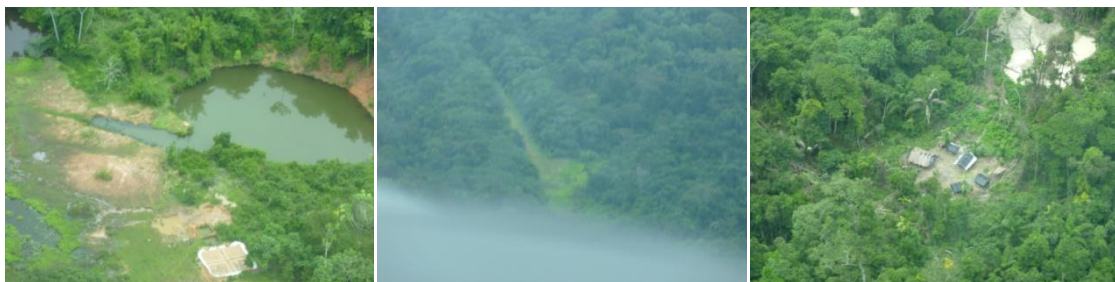


Foto 7 – Um esboço do trajeto da equipe, desde seu deslocamento do Instituto Kabu para a aldeia Bau e deslocamento pelo rio Curuá. O Apoio da FUNAI foi imprescindível para realizar todo percurso fluvial.

Como a situação de garimpagem de ouro na Terra Indígena Bau não ocorre somente pelos rios, mais sim em terra firme no interior da área, inclusive com uma logística muito mais complicada, o Instituto Kabu com o apoio internacional bancou uma operação aérea que pelo menos foi possível identificar cada um dos garimpos. A comunidade havia solicitado pelo rádio amador que todos os garimpeiros se retirassem da área, entretanto somente dois garimpos com pistas de pouso foram desativados, Novo Horizonte e Nova Esperança, o garimpo de Pista Nova, Pista Velha e outro desconhecido ainda continuam com gente explorando ouro e como estamos em pleno período chuvoso na Amazônia e nesses locais as pistas de pouso são estreitas e perigosas, não foi possível o avião pousar, mais o diagnóstico foi concluído.



Fotos 8;9;10 – (8) Impacto denso, crateras e acampamento abandonado; (9) Tempo nublado, muitas chuvas, pista de pouso curta e perigosa para pouso; (10) Localização de barracos de garimpeiros que ainda estão dentro da TI Bau em locais de difícil acesso. Grandes crateras se formam ao lado desses acampamentos.

Garimpo 3: S: 07⁰ 14' 12.8" W: 054⁰ 42' 55.6"

Garimpo 4: S: 07⁰ 14' 08.2" W: 054⁰ 39' 08.4"

Garimpo 5:	S: 07 ⁰ 15' 22.7"	W: 054 ⁰ 22' 24.1"
Garimpo 6:	S: 07 ⁰ 14' 29.1"	W: 054 ⁰ 23' 01.0"
Garimpo 7:	S: 07 ⁰ 14' 32.9"	W: 054 ⁰ 23' 58.2"
Aldeia Pyngraitire (Nova):	S: 08 ⁰ 15' 23.7"	W: 054 ⁰ 40' 14.3"

Mapa de navegação aérea da operação

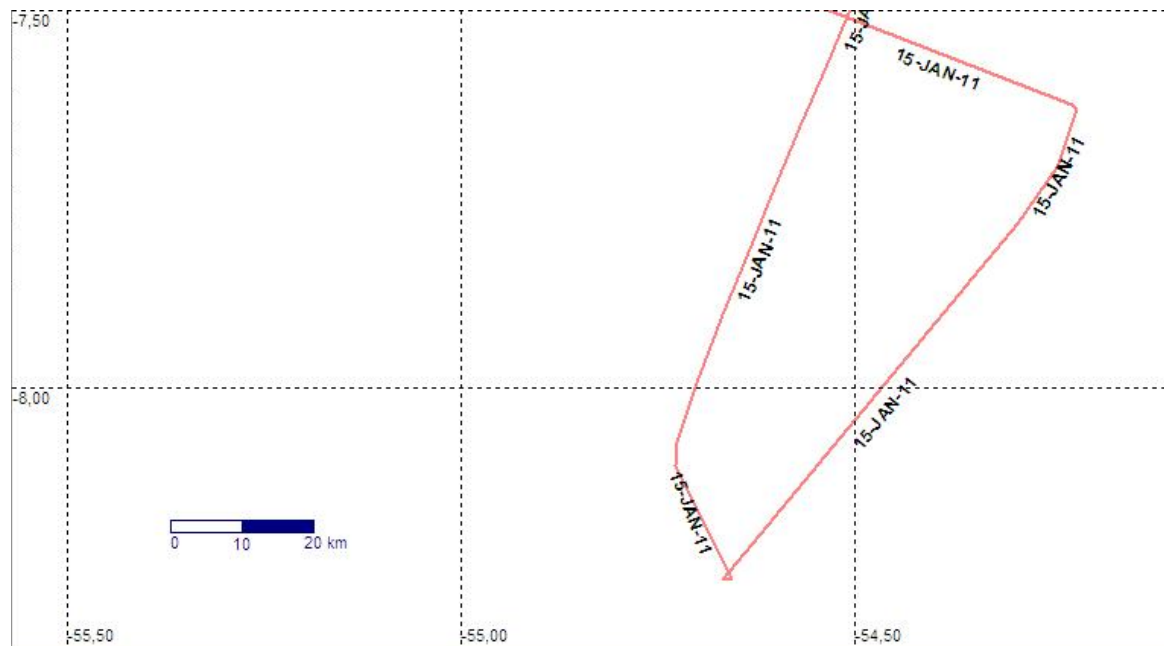
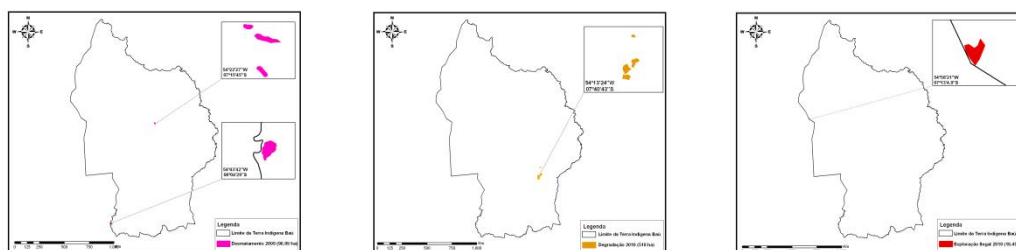


Foto 11 – Um esboço do trajeto da equipe que realizou deslocamento aéreo partindo do aeroporto de Novo Progresso, todos os garimpos tiveram suas coordenadas registradas e isto implica em facilidades caso seja desencadeada uma operação maior.

O Instituto Kabu continuará tentando articular junto ao IBAMA para verificar a possibilidade de retirar esses garimpeiros utilizando o helicóptero, entretanto há a necessidade da força institucional federal (Força Tarefa) para uma operação de grande porte, que prevê a explosão de pistas de pouso utilizando a mídia para que esta luta contra a contaminação das águas pelo garimpo na Terra Indígena Bau possa ganhar força.

Monitoramento aéreo necessário na TI Bau



Fotos 12;13;14 – Imagens de satélite da TI Bau, cedidas pelo Imazon ao Imaflora e posteriormente para o Instituto Kabu, para averiguação *in loco*, executando ações corretivas da certificação florestal FSC, referentes à degradação ambiental no interior e borda da área.

Referidos mapas acima mostram toda preocupação com a Terra Indígena Bau que ainda é uma área certificada pelo FSC desde 2006 quando a comunidade começou a trabalhar com a produção e comercialização de óleo de castanha-do-Brasil. Infelizmente com o advento da crise financeira mundial em setembro de 2008 quando vários comércios pelo mundo foram afetados, a indústria cosmética a quem o Bau tinha uma relação comercial muito boa, foi afetada pela crise, isso gerou a paralisação do projeto em 2009, mais mesmo assim com a área ainda certificada, toda ela é monitorada por satélite pelo Imazon, o que nos proporciona uma grande ferramenta de trabalho.

O Instituto Kabu com o desencadeamento desta operação vinculada ao PBA aproveitou para verificar os pontos de degradação e como este relatório está no formato Word é perfeitamente possível copiar, ampliar e analisar cada um deles, os quais, de acordo com a ordem acima, da esquerda para direita, estão com as seguintes situações:

Mapa 01: Foi verificado por sobrevôo que no centro da área trata-se de local de garimpo e na borda da área ao sul uma devastação natural provocada pelos ventos;

Mapa 02: Na região sudeste da área fora observado uma área significativa afetada por agentes naturais como os ventos, muitas árvores foram derrubadas e retorcidas e este fato lembrou os Kayapó de um acontecimento na aldeia Kri-ny em épocas passadas quando todas as casas da aldeia desapareceram por causa do mesmo fenômeno.

Mapa 03: Trata-se de um desmatamento para criação de gado na entrada da Terra Indígena, de aproximadamente 50 hectares, onde foi cultivado pastagem assim que foi demarcada a área, mais como nenhum Kayapó de Bau tem aptidão para esta atividade, a área lentamente vem sendo recuperada por vegetação secundária.

Conclusão

Os esforços para conter a atividade garimpeira na Terra Indígena Bau acontece desde que iniciou o processo de certificação florestal da área em 2006, nas primeiras consultas prévias para certificação do produto óleo de castanha-do-Brasil. Deva-se registrar que naquela época a comunidade também havia comprometido em não se envolver com atividades ilegais, entretanto não houve um fiel cumprimento por parte da mesma, o que gerou enorme desconfiança em relação a esta comunidade.

Atualmente o processo é diferente e incorre em retaliação financeira, inclusive afetando outras aldeias Menkrãgnõtire, já que o grupo se encontra unido trabalhando em torno do mesmo ideal. Mesmo com essa configuração e com os enormes esforços institucionais e da ampla maioria da comunidade que não quer saber da atividade garimpeira, as demais aldeias continuam confiante que possa cessar, entretanto deram sugestões que fazem sentido.

As comunidades de Kubenkokre e Pykany, não tendo nada a ver com essa situação, mais ao mesmo tempo afetadas com a paralisação do PBA, sugerem que caso a comunidade do Bau vir mais tarde continuar com as atividades ilegais, que ela pague sozinha pelos seus próprios erros, sendo excluída do PBA e que seu recurso financeiro do programa beneficie outras comunidades, incluindo a aldeia nova de Pyngraitire que na atualidade não está sendo beneficiada por nenhum programa governamental. Elas solicitam que a FUNAI avalie isso com objetividade, mudando cláusulas se possível, pois estão pagando muito caro por um erro que nem sequer pretendem cometer.

De todo modo, com as reuniões realizadas na aldeia Bau, com os conselhos e articulações das demais lideranças e com a ampla maioria da comunidade combatendo fortemente esse tipo de atividade ilegal que nada de positivo trouxe até os dias de hoje, é aconselhável que a FUNAI libere novamente a execução do PBA, principalmente porque as comunidades de Kubenkokre e Pykany estão programadas para coletar castanhas, janeiro a março é período de coleta, bem como executar outras atividades que estão completamente atrasadas. O ano de 2010 para elas ainda não terminou e torna-se necessário recomeçar urgentemente.